

Duas faces da crise: vida e justiça.

Ronaldo Antonio Messeder Filho
Juiz do Trabalho

(...) Importa, hoje, poder olhar todas as coisas sem ilusão alguma, e, especialmente, o nada em que tudo se acaba, e extrair, contudo, desta teoria do nada, certa felicidade – entendendo-se por “felicidade” aquilo que nos faz sentir uma inesgotável coragem (...) (Marcel Conche).

Algumas reflexões são tolas, fúteis, superficiais. Nada crescem, aclaram ou inovam. São insistências do pensamento em sua incansável batalha pelo entendimento da vida. São divagações que persistem em ser compartilhadas. Idéias que vão e voltam, que não são novas, não são praticáveis, e que se pretendem justificáveis. Podem esses pensamentos ser guardados, trancafiados, por vergonha ou falta de propósito, ou bem podem se tornar públicos dentro da troca daquilo que se acredita universal. Assim é a vida, assim é a escrita que se crê coerente de sentido. É, aliás, o que justifica o recontar das coisas, de não se calar, de não se ocultar, de largar o agradável viver silencioso. E, por assim ser, é o que nos impele às vezes a refletir e contar, por meio de uma verdade – que não se pretende verdadeira –, os preceitos da vida e da Justiça que se afiguram como almejavéis a um olhar.

A respeito da vida, tenho pensado em suas formas, em várias faces de como se pode viver – dentro de meu singular imaginário: no âmbito privado, como sujeito; no âmbito da Justiça, como profissional. Explico, primeiro, a vida em sua essência, no privado, correndo o risco de falar de uma intimidade que a poucos interessa. Não sei se é possível dizer que alguma forma de vida é mais perfeita, coerente ou sinônimo de objetivo e ideal. Penso, contudo, em fragmentos do viver, aspectos daquilo que é possível delinear. Observo os que estão próximos: vidas de prazeres, de prudentes, de intelectuais, de poderosos, de religiosos; vidas que habitam verdades que nunca acreditei e que, como todas, são levadas a sério demais. Ressalvo, claro, meu prisma: há muito não acredito em mitos, heróis, deuses e paraísos. Odeio, confesso, todos os tipos de ilusões, falsidades, promessas irreais, sonhos improváveis. Tento habitar sobretudo a verdade – no que é possível –, o viver real, sem máscaras, engodos ou artifícios. Como todos, sou fruto da natureza e procuro o aperfeiçoamento do viver humano, dentro de uma moral que parece ser relativa.

É possível que, vez ou outra, eu tenha caído nas ciladas das incoerências do viver. Não detenho ou pratico qualquer espécie de sabedoria. Ao contrário, minhas angústias e medos delineiam incessantemente novos labirintos e ciladas para as compreensões limitadas que tenho do mundo. A cada dia deparo-me com um universo muito maior de perguntas do que de respostas, e os livros nunca bastaram para esclarecer as apreensões – insignificância dos livros, magnitude da vida. Nessa constelação de dúvidas tenho a sensação de que não há a quem recorrer, ou melhor, há que se recorrer a respostas imperfeitas, como imperfeito é o cotidiano viver. Ninguém detém uma *receita* mágica do que é viver e ninguém é capaz de nos confortar definitivamente. Tragédia do viver, necessidade do viver. Há o amargo e há o doce – e é bom que seja assim. Se não

houvesse a tragédia, talvez não houvesse o aprendizado. Aprendemos da pior forma possível e talvez não haja outro modo. Nada basta, nada é suficiente: é o ciclo da vida. Apesar das grandes perdas, não nos cansamos de caminhar – sozinhos e lado a lado. Nascemos, crescemos, morremos e só nos damos conta disso – à exceção da nossa própria morte – quando já é tarde demais. São as armadilhas do tempo, do ser.

Afinal algum filósofo, pensador ou religioso estaria correto sobre a vida? Há tantas respostas coerentes que é difícil escolher e se ater dogmaticamente. Conciliá-las? Pouco provável. Não sei onde está a verdade e se é possível encontrá-la. Estão todos certos, estão todos errados? Pois para mim os heróis não são tão belos, os mitos são insuficientes, os deuses são inacessíveis e o paraíso é inacreditável. Não se diz com isso nada de novo, de esclarecedor? Não coloco luz e conforto nos corações? É a vida! Ora, vive-se de outra forma? Que os bons exemplos nos enriquecem estou certo disso e não pretendo refutá-los. Mas os exemplos nunca foram suficientes para viver. É preciso construir algo para si e cada um deve ser responsável por essa construção. O *eu* só se torna respeitável quando se faz respeitável. É assim que deve ser, e é assim que é possível viver. Sem regras, sem amarras: liberdade de pensamento e, talvez, liberdade de viver.

E como, diante do desespero, viver a felicidade? E frente ao horror da morte?! O que o homem quer não é a felicidade? De que forma? A que preço? Se as variantes são tantas e singulares, é preciso escolher e ninguém pode fazer isso por nós. Ninguém sofre, vive ou morre em nosso lugar. Não há como ser diferente. Cada um faz suas escolhas e deve fazê-las com responsabilidade. Deve-se escolher um caminho pensado, meditado e sem precipitações. Paga-se caro por escolhas equivocadas: e é o que chamamos de “preço da vida”. Por isso a reflexão e a prudência como instrumentos indispensáveis para as encruzilhadas do agir. É preciso construir um sentido, porque pode não haver um sentido: vazio do homem, vazio do existir. O caminho é cheio dos percalços e todo homem se depara com eles: doenças, angústias, medo, sofrimento, morte. Ninguém está preparado, estão todos do mesmo lado: viventes sem respostas ou diretrizes e que comungam as incertezas do existir.

Mas, se essa é a lógica da vida, o que pretender para a Justiça? Pode ela ser diferente dessa espécie de tragédia do viver? Sabe-se que a Justiça está aí para nos servir e que, por isso, deve acompanhar o projeto histórico de construção do homem. Seu objetivo essencial é gerir os conflitos naquilo em que os homens não são capazes de administrar. Seria generalidade de objetivo, de ser? Lembremos que a imperfeição da Justiça é, antes de tudo, a imperfeição do homem, e não é possível nos esquivar dessa responsabilidade. Para pensar a Justiça é preciso pensar essencialmente o homem. A consolidação do judiciário está em se orientar pelo caminho percorrido: na balança, os acertos e os erros são sopesados. Volta-se o olhar para trás, não para gerar estagnação de valores e letargia das instituições, mas com propósito educativo de um novo modelo.

E havemos mesmo que mudar? A Justiça, com suas velhas fórmulas, já não dá respostas adequadas para os anseios e necessidades da sociedade. Quando digo que essas respostas não são adequadas, afasto por completo a questão da sapiência e ciência das decisões dos juízes. A realidade mostra que as decisões, em sua generalidade, dão lições e espetáculos de sólido saber jurídico e de farta erudição. O que se percebe é que o judiciário está em frágil momento histórico, por sua incapacidade de dar vazão aos inúmeros conflitos que nele deságuam. É preciso notar que o judiciário vive um

contexto histórico no qual a sociedade está mais ciente e disposta a lutar e agir. E sem dúvida é ao lado desse quadro que se verifica o nascimento da incompatibilidade entre a rapidez das relações sociais e a estrutura processual existente – produto dos infundáveis recursos e das desnecessárias instâncias recursais: em que o “tempo processual” de maturação dos processos torna-se parceiro da injustificável demora na prestação jurisdicional e do modelo superado em seu modo de ser.

Entretanto, outros preferem não acreditar na crise, embora o que se veja, na realidade da vida dos cidadãos, é que a Justiça sente sérias dificuldades em acompanhar a velocidade das relações de seu tempo. Alguns ainda acreditam que designar de forma pejorativa a fase conjectural de morosidade dos julgamentos é dramatizar um panorama que não é tão caótico. Mas em tal compreensão estou do outro lado: a crise existe e tem conotação pontual. Ela liga-se, desnecessariamente, a um “embaraço na marcha dos negócios”, a um certo contratempo no desenrolar dos fatos que se tornou agudo. Hoje sem dúvida o principal aspecto que denigre a imagem do judiciário é sua lentidão para solucionar os casos. Para uma sociedade em que as relações sociais são praticamente instantâneas e o acesso às informações é amplo e quase irrestrito – devido aos meios modernos de comunicação –, tornou-se inconcebível aguardar anos e anos o desfecho de processos que, em geral, apresentam-se simples para os aspectos do viver. É compreensível que o sentimento de frustração e certo grau de insatisfação social tenha se instalado, pelos trejeitos operacionais deslocados da Justiça.

Não se pode afirmar, e não sou tão severo, que a Justiça não tem tentado acompanhar a evolução social. É preciso reconhecer, por ser digno de elogios, que a incipiente informatização dos processos tem contribuído significativamente para evitar a incoerente burocracia. Diversos procedimentos começam a ser atrelados a meios eletrônicos modernos, simples e eficazes. Não reconhecer esses avanços seria verdadeira omissão. Mas o propósito aqui é outro, é compartilhar, ainda que de maneira superficial, a real face que comporta a crise, já que participantes sociais mal-intencionados têm se valido da morosidade processual para alardear que o judiciário não está apto para o seu tempo. Com equivocadas problemáticas, a Justiça tornou-se alvo frequente de reformas tresloucadas que são transvestidas para o ordenamento jurídico sob a falsa bandeira da modernização. Mudanças simples e que deveriam ser destinadas à simplificação dos atos processuais e da estrutura judiciária são direcionadas aos juízes, considerados como responsáveis pelos entraves do sistema e dos desfechos processuais.

Chega-se inclusive a falar em crise quando há divergências de opiniões. Fatos salutaros ao sistema, decorrentes da manifestação plural e democrática, são levados à opinião pública com enfoque desestabilizador. A superexposição de casos sob julgamento, por uma imprensa interessada em audiência, tem levado a situações maquiavélicas de força no equilíbrio das decisões. O que deveria corresponder a uma natural conformação do sistema jurídico passa a ser exposto com ar de crise. Nesse contexto, é dada hiperdimensão a casos isolados de corrupção de juízes, criando-se para a sociedade uma paisagem não representativa da realidade, cheia de falsos relatos. Com isso, o real cerne da crise deixa de ser equacionado com responsabilidade e imparcialidade. Desarticula-se um serviço público de exclusivo interesse social. O enfoque do problema passa a ser direcionado para causas que nunca estiveram ligadas à morosidade, por uma política desinformada e parcimoniosa, com reflexos para o enfraquecimento do judiciário. Assim, pouco a pouco as equivocadas medidas vão desarticulando juízes e Justiça, em processo prejudicial aos próprios cidadãos.

Mas devo terminar, não por suficiência das idéias expostas, e sim para não me tornar demasiado cansativo. Talvez minhas considerações (ou divagações) não direcionem quanto a um modelo específico de conduta para a Justiça – ou para a vida. Na verdade não espero da Justiça mais do que espero da vida: ação e coragem no enfrentamento do real, despido de ilusões. Agora, dizer se as escolhas guiarão o caminho para contornar a crise, isso definitivamente não tenho a resposta (você, eu, ou qualquer um): quem sabe a vida, com suas evidências e incompreensões, não sirva de norte quanto ao que deve ser evitado? Seria isso a visão de um pessimista? Sejamos então otimistas: tudo que não é trágico é irrisório.